

lado  
RO,  
José  
eu  
him  
S/UFOP

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO - UFOP**

**ICHS - DEHIS**

**ALUNA: *Maria José Cerceu Ibrahim Leandro***

**DISCIPLINA: *Monografia***

**IRMANDADES DE MISERICÓRDIA E SUAS FUNÇÕES NO  
SÉCULO XVIII e XIX**

**OURO PRETO - MG**

**1996**

*“É no estudo da vida que se faz a História. Precisamos nos conhecer a nós mesmos e não será relembrando guerras e batalhas, datas e fatos da cúpula política dos conhecimentos de outrora, que poderemos ter consciência bastante clara e realística do que somos e poderemos vir a ser. É na vida e na sua ebulição incessante que plange a realidade. É buscando e analisando sem cessar esta vida que poderemos clarificar tantas e tão profundas trevas como que ainda nos povoam e nos sufocam.*

*É na análise objetiva do passado de um povo, na sua lenta e constante fermentação social que estua, latente, o significado maior de sua maneira de ser, trabalhar, sentir, amar e crescer, par atingir conscientemente o seu futuro e os feitos fundamentais deste futuro, que se deseja pleno e rico de triunfos concretos”.*

Fritz Teixeira de Salles

## SUMÁRIO

<b><u>I. INTRODUÇÃO.....</u></b>	<b>4</b>
<b>I.I. A PROPAGAÇÃO DA IRMANDADE NO BRASIL .....</b>	<b>7</b>
<b>I.II. AS IRMANDADES ESCRAVISTAS EM MINAS GERAIS: HIPÓTESES DE PESQUISA .....</b>	<b>10</b>
<b>I.III. O NEGRO NA FORMAÇÃO DAS IRMANDADES. ....</b>	<b>12</b>
<b>I.III.I. - VILA RICA - A VIDA SOCIAL NAS IRMANDADES.....</b>	<b>17</b>
<b><u>II. IRMANDADES E INDIGENTES.....</u></b>	<b>24</b>
<b>II.I. REFORMA DA TABELA DE DIETAS E RAÇÕES .....</b>	<b>26</b>
<b>II.II. BOTICA (FARMÁCIA).....</b>	<b>29</b>
<b>II.III. PRONTUÁRIOS E LAUDOS.....</b>	<b>34</b>
<b><u>III. A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA: FUNÇÃO SOCIAL .....</u></b>	<b>37</b>
<b><u>IV. HOSPITAL.....</u></b>	<b>38</b>
<b>IV.I. NOVO HOSPITAL.....</b>	<b>42</b>
<b>IV.II. POLÍTICA COM RELAÇÃO À INDIGENTES .....</b>	<b>43</b>
<b><u>V. DOENÇAS.....</u></b>	<b>45</b>
<b><u>VI. ASSISTENCIALISMO SOCIAL NO SÉCULO XVIII E XIX .....</u></b>	<b>47</b>
<b><u>VII. CONSIDERAÇÕES GERAIS.....</u></b>	<b>56</b>
<b><u>VIII. BIBLIOGRAFIA GERAL .....</u></b>	<b>58</b>

## I. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo fazer uma análise das Irmandades através dos manuscritos que comprovem a função social delas e também da Santa Casa de Misericórdia de Ouro Preto nos séculos XVIII e XIX, principalmente no que diz respeito ao auxílio aos indigentes.

Será feita uma análise objetiva do passado de um povo que visava desde o começo a criação e manutenção de um hospital para tratamentos de enfermos, pobres e desamparados. Procurei partir das fundações ou criações de Irmandades, assim como, procurei apoiar e aprofundar as leituras dos compromissos e dos documentos originais das próprias corporações religiosas. Para o presente trabalho, foram utilizadas fontes primárias manuscritas e impressas, estabelecidas em uma base, o quanto possível, objetiva para o meu estudo. Não pude ter acesso a diversos documentos das Irmandades, pois eles se encontravam lacrados, contudo, tive acesso a outros documentos que estavam microfilmados na Casa dos Contos, no arquivo da Igreja do Pilar, na Casa do Pilar e no Arquivo Público Mineiro.

Durante a leitura dos documentos e livros sobre as Irmandades, percebi que elas funcionaram como agentes de solidariedade grupal, congregando, simultaneamente, anseios comuns frente à religião e perplexidade frente à realidade social.

Foi preciso conhecer o processo de nascimento das Irmandades, para que eu pudesse me inteirar da funcionalidade social das confrarias, arquiconfrarias e pias uniões.

No que diz respeito ao conhecimento das instituições arroladas acima, podem ser citadas as pesquisas de Caio César Boschi, Julita Scarano, Zoroastro Viana Passos, Francisco Antônio Lopes, Geraldo Dutra de Moraes e do Cônego Raimundo Trindade, sobre a Igreja e a religião em Minas Gerais.

Tendo em vista as pesquisas já elaboradas, cabe salientar um detalhe importante: a inexistência de obras referentes às Irmandades da elite mineira; com raras exceções, não foram realizados estudos sobre as Irmandades eretas por camadas sociais dominadas, em especial, as Irmandades responsáveis pela Santas Casas de Misericórdia e Ordens Terceiras mineira, ambas associações caracteristicamente constituídas e mantidas pela classe dominante.

As Irmandades eram formadas por pessoas que tinham por finalidade principal honrar determinado santo ou algum atributo de Cristo, de Deus ou da Virgem. Associavam-se para fomento da devoção e para o auxílio mútuo de seus membros. Na Idade Média, as corporações, que congregavam os membros dos diversos ofícios, tinham sempre anexas uma confraria ou Irmandade, com fins precípuos de assistência social e religiosa. Estava dentro do seu programa ajudar aos órfãos, viúvas e velhos operários. Em alguns casos, incumbiam-se das exéquias de seus membros. A confraria erigia uma igreja ao patrono da corporação, que era, quase sempre, um santo que houvesse exercido o ofício. São Crispim para os sapateiros, São José para os carpinteiros, São Fiacro para os jardineiros, etc. Contudo, esta modalidade assistencial de confraria desapareceu com as corporações. Atualmente, persiste apenas aquelas que se constituíram sob a aprovação dos bispos diocesanos. Não se deve confundir estas atuais Irmandades ou confrarias com ordens ou congregações religiosas de padres e freiras. Aquelas são constituídas por leigos e estas de pessoas eclesiásticas ligados pelo voto e regras especiais. Esta últimas também pertencem a uma organização mais ampla, sob a obediência direta ao papa.

Muitas Irmandades brasileiras, durante o Primeiro e o Segundo Reinados, eram constituídas por maçons. Daí a célebre Questão Religiosa surgida no Recife e no Pará entre os bispos D. Vital e D. Antônio de Macedo Costa e os membros das Irmandades, saindo estas vencedoras. As Irmandades foram instituições, em geral independentes umas das outras, sujeitas à jurisdição do bispo. Quando algumas ficavam subordinadas a uma principal, esta recebe a denominação de arquiconfraria.

A origem das Irmandades ou confrarias remonta ao século XIII. São, pois, contemporâneas da fundação das grandes ordens religiosas medievais - franciscana e dominicana. Os fiéis sentiram-se impelidos a reunir-se em Irmandades, levados pelo exemplo da criação da Ordem Terceira Franciscana, formada por leigos.

Em 1208, Odon, arcebispo de Paris, fixou uma festa anual para uma confraria de Nossa Senhora. A partir dessa época formaram-se no mundo medieval inúmeras confrarias de todos os gêneros, ligadas a várias igrejas, ou que construíram, posteriormente, seus próprios templos.

Várias igrejas históricas do Brasil foram erigidas por Irmandades, sendo algumas por elas atualmente administradas. Entre as primeiras, e as mais importantes das Irmandades chegadas ao Brasil, está a da Misericórdia. A ela foram confiadas as Santas Casas da Misericórdia, fundadas em quase todas as principais cidades do Brasil, recebendo, para isso, uma subvenção da coroa portuguesa. No século XVIII e começo do XIX, na América Latina, as Irmandades eram tão poderosas que se transformaram, algumas vezes, em grupos de pressão política, como ocorreu no caso da Questão Religiosa.

## II. A PROPAGAÇÃO DA IRMANDADE NO BRASIL

Ao estabelecer na sua colônia os mecanismos de exploração mercantilista, Portugal procurou assegurar que também a formação social do novo território se pautasse pelos padrões sociais vigentes na Metrópole. O pensamento era o de que a sociedade deveria organizar-se tendo como parâmetro a dominação colonial, isto é, a ordem social preservaria e, simultaneamente, reforçaria os interesses da Coroa e dos colonos. Para Florestan Fernandes, essa perfeita simbiose de interesses foi obtida graças à “transplantação dos padrões ibéricos de estrutura social, adaptados aos trabalhos forçados dos nativos ou à escravidão (dos nativos, africanos e mestiços)”.<sup>1</sup>

Porém, a Metrópole parece ter desconhecido que a condição colonial implicava em ritmos e padrões próprios e que, inexoravelmente, as contradições da formação social do Brasil logo apresentariam suas peculiaridades em relação ao poder de Lisboa. Não foi preciso aguardar muito para que as congênicas contradições internas do antigo sistema social colonial português se acirrassem e gerassem seu esboroamento. Era impossível manter na América a escala social portuguesa e idênticas relações sociais, pois aqui a divisão do trabalho era diversa. Do lado de cá do Atlântico, esta divisão se apresentava em seu estágio primeiro, mal ultrapassando a separação entre trabalho físico e espiritual.<sup>2</sup>

Na ordem escravocrata que aqui se instalou, a divisão do trabalho determinaria uma verdadeira diversificação de natureza qualitativa das classes sociais existentes. Portanto ainda que abaixo da linha do Equador tenham predominado, como grupos sociais básicos, de um lado, o branco dominador, e, de outro, o negro submetido, mola propulsora e agente de produção escravista que sustentava a economia colonial, novos elementos devem ser colocados na análise desse sistema societário.

A premissa inicial da qual partimos para a análise da sociedade colonial é a de que esta não pode ser dissociada da análise do regime escravocrata; vale dizer que no presente trabalho, se considera a escravidão como fator determinante da estrutura econômica-social da colônia.

Assim, os alicerces da sociedade colonial e o modo de ordenação das relações entre os indivíduos devem ser investigados ao nível da propriedade privada, pelos senhores brancos, dos meios de produção e na posse, por esses, tanto do produto do trabalho como da própria pessoa do produtor. Há que se entender, portanto, que o domínio sobre a mão-de-obra e a propriedade dos meios de produção foram condições básicas para a estruturação das relações sociais coloniais. Como afirma Caio Prado Jr., é **preciso distinguir nestas funções de escravidão dois setores que têm caracteres e sobretudo conseqüências distintas: o das atividades propriamente produtivas e as do serviço doméstico. Apesar da ampliação e importância econômica muito maiores do primeiro setor, o último não pode ser esquecido ou subestimado.**

**Não só ele é numericamente volumoso (...) como é grande a participação que tem na vida social da colônia e na influência que sobre ela exerce. Neste sentido, excluído o elemento econômico, ele ultrapassa mesmo largamente o papel do outro setor. O contacto que o escravo doméstico mantém com seus senhores e com a sociedade em geral é muito maior, muito mais íntimo.**<sup>3</sup>

Nesse quadro, o negro escravo por constituir uma classe social alienada, ao mesmo tempo, capital e trabalho, transformou a escravidão no centro de irradiação da ordem estamental que se organizou na colônia. Portanto, a análise da sociedade mineira do século XVIII e XIX só se torna clara a partir do tipo de dominação estabelecido pelos brancos na exploração aurífera e diatrantífera; isto é, só se explica à luz do sistema econômico que lhe dá forma. Por isso, podemos afirmar que não se constituiu na Minas Colonial uma nova sociedade; a rigor, pode-se, quando muito, imaginar um tipo peculiar de escravismo colonial, mas não uma nova estrutura econômico-social socialmente inédita.<sup>4</sup>

A presença do homem branco junto ao negro era hierarquizadora, no sentido de que introduzia a ética do privilégio como fatos de diferenciação social, gerando uma sociedade cujo modelo não diferia em muitos das sociedades de ordens. No papel do benfeitor, protetor ou representante jurídico, a função do branco nas confrarias negras sempre foi a mesma, ou seja, foi a de atrair o homem preto para o mundo branco. Desta forma, fica bem claro que as Irmandades provocaram, em parte, a progressiva integração dos africanos na sociedade colonial<sup>5</sup>

Como observa Eduardo Hoornaert, o catolicismo propagou-se no Brasil, principalmente entre os leigos, pessoas que não eram ligadas à instituição eclesiástica. Os bispos, sacerdotes “do hábito de São Pedro”, monges e frades, ficaram, na maioria das vezes, no litoral, nos conventos, seminários e colégios, mosteiros e palácios, só fazendo viagens pelo interior raríssimas vezes. Os portugueses povoadores e desbravadores do sertão, assim como os índios mansos e os africanos escravizados, e mesmo os quilombos, eram os principais propagadores do catolicismo no interior do Brasil.<sup>6</sup> Neste contexto, as Irmandades ocuparam um papel de grande importância, suprimindo muitas vezes a ausência das instituições eclesiásticas acima mencionados.

**LILAS IRMANDADES ESCRAVISTAS EM MINAS GERAIS: HIPÓTESE DE PESQUISA**

A história das Irmandades nos apresenta como uma complexa ação dialética entre a genuína expressão popular e as tentativas de recuperação desta expressão por parte da cultura central ou dominante. Todo interesse que as Irmandades representam para a História da Igreja resulta do fato, amplamente documentado, de que a Irmandade é uma estrutura que procuravam escapar aos percursos da dominação colonial ao mesmo tempo que a reforçava. A estrutura colonial ameaçou destruir tudo o que lhe opunha, foi contra essa tendência que as confrarias se insurgiram procurando um espaço de liberdade num mundo de dominação escravista. Daí a razão porque surgiram ou ressurgiram nas confrarias tantas formas livres de trabalhos comunitários, multirões, artesanato, gosto pela arte e pela criação livre espontânea, festas e recreações. A História das confrarias é, pois, uma história de conflitos e podemos mesmo dizer que os conflitos do Brasil português foram, na maioria das vezes, vividos pelos contemporâneos como “conflitos de confrarias”.<sup>7</sup>

Por essa razão, a independência inicial, uma vez detectada pelo Estado, foi num primeiro momento vigiada e posteriormente por ele controlada. Operou-se, desde então, intensa e constante fiscalização sobre as Irmandades, com o duplo objetivo de comprovar a eficácia de sua função neutralizadora das tensões sociais e de impedir que sua autonomia as transformassem em entidades suficientemente fortes, a ponto de virem a se constituir em perigo para o monolítico Estado absolutista português. O vigor inicial passou a ser manipulado e suprimido em nome de uma ameaçada, mas não comprovada, estabilidade institucional do Estado. Aos poucos, notadamente na segunda metade do século XVIII, estabeleceu-se uma política de decidida e explícita interferência do Estado, fazendo sucumbir a vitalidade orgânica das associações leigas coloniais e, com elas, um catolicismo peculiar.

Nas Minas, porém, o cerceamento e o controle exercido pela Igreja, dada a ausência de ordens religiosas, teve menos impacto; os religiosos se misturavam aos leigos e eram eles próprios aventureiros.

Voltemos, no entanto, ao escravismo. A escravidão entrava em conflito com a religião e com os costumes. As Irmandades dos negros não combateram a ordem escravocrata. À medida que as associações de mulatos e negros se pautavam nos modelos dos brancos, houve a assimilação dos primeiros pelos últimos. O negro e o mulato incorporavam às suas personalidades comportamentos e atitudes dos brancos com os quais conviviam. Em decorrência disso, as Irmandades transmitiram os valores e preconceitos da elite à camada popular. Essas associações, ao contrário dos quilombos, não apresentam o mesmo grau de ameaça, por isso mesmo foram toleradas e estimuladas.

As Irmandades leigas entraram em ação, facilitando a vida social, desenvolvendo inúmeras tarefas que seriam, do ponto de vista legal, da alçada do poder público.

Intermediando o contato Estado-Igreja, as associações de expressão, orgânica e local, eram o canal de manifestação numa sociedade onde, tendo em vista a própria sobrevivência do sistema colonial, a formação de entidades políticas era proibida.

Pode-se afirmar que a proibição da Corte portuguesa, em relação à presença de clérigos de ordens religiosas na Capitania, contribuiu aí para o advento das manifestações culturais próprias. Ao contrário do que aconteceu no litoral, a arte religiosa produzida em Minas Gerais foi de responsabilidade dos leigos. Essa característica se estende ao plano cultural, pois os artistas e músicos, na condição de assalariados contratados pelas Irmandades, quebraram a rigidez da ordem artística importada da Metrópole.

Portanto, a análise do papel das Irmandades na sociedade mineira só se torna clara a partir do estudo do tipo de dominação estabelecida pelos brancos na exploração aurífera e diamantífera, isto é, só se explica à luz do sistema econômico que lhe dá forma. Sistema que tem por base o escravismo e que define o tipo de apropriação do trabalho alheio e o sistema de dominação imposto ao conjunto da sociedade.<sup>8</sup>

### **I.III.O NEGRO NA FORMAÇÃO DAS IRMANDADES.**

Os setecentos, período de largas transformações na vida sócio-econômica do Brasil, foram marcados profundamente pela exploração aurífera. Em decorrência da atividade exploratória acelerou-se o processo de urbanização na colônia; dentre os novos centros, salientou-se Vila Rica, hoje Ouro Preto, como núcleo urbano de primeira grandeza.

Em 1734, assim escreveu o autor do Triunfo Eucarístico: **Nesta vila habitam os homens de maior comércio, cujo tráfego e importância excede sem comparação o maior dos maiores homens de Portugal; a ela, como porto, se encaminham e recolhem grandiosas somas de todas as Minas na Real Casa da Moeda; nela residem os homens de maiores letras, seculares e eclesiásticas, nela se tem assento toda a nobreza e força da milícia; é por situação da natureza, cabeça de toda América, pela opulência das riquezas, a pérola preciosa do Brasil.**

O estudo da população da região mineira tem grande importância em nossa pesquisa. Formou-se, nos três primeiros quartos do século XVIII o grande estoque da população que vai nutrir, em seguida, as outras áreas da capitania.

Neste quadro, o negro escravo passou a se constituir em segmento populacional importantíssimo, ao mesmo tempo que cresceu em muito número de ex-escravos e negros livres. No início do século XIX, os brancos respondem por apenas 1/3 do total da população mineira.

A estrutura que então se delineia definiu-se não apenas pelos elementos humanos que o ouro dos primeiros tempos selecionou, como também pela presença de um sólido estamento burocrático que ali se sediou.<sup>9</sup>

A estratificação social, clarificada desde a década de trinta, incubiu-se de pôr fim ao sonho da igualdade. Nesse sentido, embora se admita que a urbanização da área gerou certos tipos de demanda específicos, a divisão social do trabalho continuou sendo o condicionamento das relações entre os indivíduos e os grupos da sociedade. A rigidez da organização social manteve-se incólume, malgrado a religião católica combater a escravidão do homem pelo homem, pois, o catolicismo e escravidão não eram entes que reciprocamente se anulassem. **A escravidão, todavia, entrava em conflito com a religião e com os costumes criados pela concepção católica do mundo. Mas esse conflito, de natureza moral, não proporcionou ao escravo, de modo geral, melhor condição nem um tratamento mais humano como acreditava Frank Tannebaum. Provocou apenas uma tendência para disfarçar as coisas, separando o permissível do real.**<sup>10</sup>

Um sinal disso se cristalizou no fato das Irmandades de negros escravos não combateram a ordem escravocrata. Por isso, as autoridades civis e eclesiásticas da colônia permitiram a incorporação, à liturgia romana e ao seu correspondente conjunto doutrinário, de uma paraliturgia de origem africana. Não há dúvida de que essas instituições evitaram que o negro caísse em um estágio de anomia social. Porém, é mister insistir que ao escravo não era permitida a auto-afirmação. Sob pena de colocar em xeque a essência do próprio sistema. Na realidade, as ações e o comportamento social dos escravos desenvolviam-se em função de sua condição jurídica. A personalidade status (lugar social) do subjugado ficava neste caso limitada e inteiramente castrada pelo dominador, ou seja, pela sujeição da admissão do escravo à Irmandade da autorização do senhor; assim como, pela presença de brancos nas Irmandades de negros, na qualidade de seus "protetores"<sup>11</sup>.

Mesmo a eventual e sonhada alforria não alterava essa condição aberrante, já que a liberdade dada ao escravo, isto é, a sua transformação de cativo em liberto, não lhe possibilitava formar uma situação compatível com as exigências da condição de homem livre<sup>12</sup>.

Como salienta Octávio Ianni, **o fato de que fora imposta a condição escrava à maioria dos africanos e seus descendentes impedia-lhes que participassem da**

**cultura e da sociedade dos brancos em igualdade de condições, a não ser nos casos isolados de alguns mulatos claros livres.**

Assim, dominados ideologicamente, alimentando a ilusão de sua igualdade para com os brancos no plano de religião, negros escravos, negros forros e, de certa forma, os mulatos, terminavam por minimizar a expressividade cultural de seus grupos originais.

A política visava, antes, preservar as relações de dominação e submissão, pois, essas associações não resultavam em conscientização de classes pelos grupos dominados. Ao congregar as pessoas, as Irmandades despersonalizavam-se e, em decorrência, canalizavam forças individuais para a tutela do Estado<sup>13</sup>.

Como diz Fritz Teixeira Salles, nessa medida, embora aglutinando e expressando o dinamismo da sociedade, os negros escravos tiveram um papel político compatível a seu papel social. Por seu turno, não colaborando para a formação ou para a implementação de uma consciência política crítica dessa mesma sociedade, as Irmandades mineiras adquiriram um feitiço nitidamente conservador.

Como interpreta Julita Scarano, **apesar de as rivalidades entre os diversos grupos africanos terem sido freqüentes, como provam a denúncia de pretos contra pretos e outras questões de igual teor, a confraria foi, entretanto, veículo de união. Agrupando as mais diversas "nações". Colocada debaixo de uma condição comum - a escravidão - a Irmandade procurava proteger e melhorar a sorte de seus membros, resolvendo seus problemas específicos. Era à confraria que o homem de cor podia recorrer, quanto às voltas com doença, miséria, o abandono ou quando desejasse conseguir sua liberdade em precisar de fugir.**

Como salienta Florestam Fernandes, na sociedade escravista, **miscigenação e mobilidade social vertical operavam-se dentro dos limites e segundo a conveniência daquela ordem social, na qual elas preenchiam funções sociais relevantes na diferenciação e a continuidade da estratificação social engendrada pela escravidão.**

Para o negro, em Minas Gerais, as portas da mobilidade nunca estiveram irremediavelmente fechadas. Ao contrário, basta lembrar que ali se praticavam várias formas de alforria, como aquelas concedidas através do testamento dos senhores. Porém, as oportunidades sociais que então se abriram para o negro transmitiram-lhe a falsa sensação de que ele poderia mudar de status, através da conquista de posições sociais mais elevadas.

Assim sendo, em Minas Gerais, não cabi ao negro manipular livremente sua posição na sociedade, pois ao aceitá-la tal como se lhe apresentava, na realidade ele simplesmente passava a utilizar as oportunidades de ascensão que aquela mesma ordem social lhe oferecia.

O processo de mobilidade intergrupar nas Minas Gerais não afetou a ordem social e a socialização, isto é, a integração social dos mulatos, se processou dentro dos padrões culturais dos brancos.

Como mostra a interpretação de Julita Scarano, o que se observa com nitidez é que as disputas se davam, quase sempre, entre associações de mesma classe social ou entre grupos do mesmo nível sócio-econômico (uma ordem terceira contra outra), disputas entre segmentos sociais e não entre classes distintas.

**Poucos foram os pleitos envolvendo Irmandades versus Ordem Terceira. Contudo, o que cabe sublinhar, como o fez Elmer Barbosa, é que “na segunda metade dos anos setecentos, quando escasseou o ouro e aumentou a repressão, as Irmandades e Ordens Terceiras não significavam apenas um instrumento da política colonialista para fracionar a sociedade e ordená-la em classe, mas permitiram contornar os atritos sociais e manter a ordem interna do burgo (vila). Nelas o povo refugiou-se em busca da esperança, da fé em Deus e no futuro.<sup>14</sup>**

Na vida colonial, a escravidão não entrava em conflito com a religião, pois, era ela mecanismo de subordinação, refúgio da dignidade e autenticidade da massa dos oprimidos, face à opressão do colonizador. O mulato, ao se incorporar às Irmandades, passou a ser um elemento do sistema.

As Irmandades mineiras coloniais surgiram como instituições nas quais as pessoas buscavam apoio mútuo e solidariedade. Esse apoio serviu tanto para os indivíduos como para os aglomerados que se formavam. Enquanto o Estado ainda não se fizera presente, foi no meio das Associações leigas religiosas que a região mineradora encontrou ajuda material e espiritual. Mesmo o Estado se implantando, elas não perderam sua função social. Assim, se compreende a proliferação dos templos religiosos em Minas Gerais, e em Vila Rica, no século XVIII.

### I.III.I.- Vila Rica - A Vida Social nas Irmandades

Ao longo do século XVIII, em razão da multiplicação do círculo de escravos na sociedade local, alguns homens negros começaram a exercer funções elevadas, se sobressaindo na música, na pintura e na escultura.

Mulatos destacados, de conduta exemplar, frente à massa dos homens comuns.

O maior triunfo que podia ter o mulato era a satisfação de ter ganho confiança no seu papel de funcionário de Governo ou eleito pelo clero, isto é, respeitado.

Imaginamos que não poderia existir maior compensação para os músicos mulatos da Capitania do que servir nas Igrejas e Capelas de brancos.

Antes da abertura do grande ciclo do Ouro e dos Diamantes, no Nordeste já se havia efetuado a miscigenação do branco com preto, surgindo desta miscigenação cultural o autêntico talento musical colonial.

O mulato de Minas Gerais apoderou-se de atividades artísticas, fazendo-se indispensável, não apenas numericamente, mas também pela qualidade das suas produções, o que fariam surgir compositores e escultores de notáveis talentos.

Os negros e mulatos, escravos e libertos, escolhiam o seu orago, segundo as tradições católicas recebidas no seu cativeiro, ou seja, a virgem protetora, os santos e santas: Nossa Senhora do Rosário, Guadalupe, Santa Cecília, Mercês, Boa Morte e Santa Efigênia.

Pelo que pude observar, os escravos, em seu cativeiro, se organizavam para se defenderem dos maus tratos e acharem soluções para suavizar suas obrigações.

Falando em termos gerais, as Irmandades e, mais tarde, as Ordens Terceiras, cumpriram funções interessantes semelhantes às das Associações Beneficentes de hoje, empenhadas no bem estar material dos seus associados. Eram organismos bastante fechados que obedeciam, em primeiro lugar, ao culto católico de forma rigorosa em segundo, voltavam-se à proteção de seus membros, a ética na sua conduta, ao cuidado dos enfermos velhos e irmãos pobres, ao acompanhamento à última morada e veneração de suas alma por meio de missas individuais e coletivas.

Segundo Francisco Curt Lange, várias Irmandades eram mesmo pequenas instituições financeiras, que auxiliavam, com empréstimos, aos irmãos necessitados.

Como havia grande número de Irmandades, a rivalidade fez com que houvesse um interesse maior em conservar e enriquecê-las com obras artísticas suas Igrejas e Capelas.

Como podemos perceber, essa rivalidade continua até hoje através das procissões, nas quais as irmandades se sobressaem pelos seus ornamentos.

Exemplo disso foi o Triunfo Eucarístico, chave mestra do processo civilizatório detonado pelas descobertas bandeirantes do final de seiscentos, motivado pela transladação de Santíssimo Sacramento da Igreja de Nossa Senhora do Rosário até a Matriz de Nossa Senhora do Pilar, devido à reforma à qual se submeteu este templo em 1731.

Nenhuma, entre tantas práticas setecentista foi tão elucidativo quanto o Triunfo Eucarístico de 1733.

Apesar da existência também das Corporações de Ofícios, com os seus grêmios de alfaiates e sapateiros, pedreiros, carpinteiros, latoeiros e ourives, regendo cada uma os destinos e a ética de sua profissão reunidos do signo da fé e da boa conduta, as Irmandades ocupavam um nível mais alto, qualquer que fosse a condição social dos seus respectivos membros. Bastaria lembrar a Irmandade do Senhor de São José dos Homens Bem Casados (ou dos Homens Pardos, integrada pelos mulatos, gente de ofícios e da arte).

A contribuição material engrandecia a Irmandade, fortalecendo suas funções sociais e econômicas.

O clero secular dava cumprimento às suas obrigações, dentro das respectivas matrizes, com cada uma das Irmandades, quando estas pediam a presença dos padres para celebração de missas e participação nas festividades menores.

Também as matrizes foram produtos das Irmandades, estabelecidas nela com o seu respectivo altar; deste o altar-mor, que surgiu a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz de Ouro Preto, repartido posteriormente com as Irmandades Padroeiras de Nossa Senhora da Conceição, cuja matriz leva o mesmo nome, e de Antônio Dias.<sup>15</sup>

Existe uma certa diferença entre Irmandade de Obrigação e Irmandade de Devoção. As de Obrigações estavam sujeitas à jurisdição eclesiástica e secular, deveriam possuir os livros necessários para a prestação de contas no instante da inspeção, enquanto as de Devoção se achavam livres destas formalidades. Diversas Irmandades foram erguidas, e mais tarde dissolvidas, quando o orago não exercia suficiente atração, como no caso de Nossa Senhora de Guadalupe.

Quando analisamos o papel das Irmandades, a sua constituição e organização, se faz necessário destacar que os cargos diretivos da Mesa: Juiz, Procurador, Escrivão e Tesoureiro, não foram somente cargos honorários, para ocupá-los eram necessário as anuidades muito superiores às dos simples Irmãos. Geralmente essas atividades atingiam a quantia de 20 oitavas de ouro enquanto a dos Irmãos  $1 \frac{1}{2}$ , no máximo 2, dependendo da Ordem, para os mantidos nos cargos diretivos duravam 1 ano.

Após novas eleições, as mudanças destes diretores eram freqüentes, preferindo as Mesas que o Tesoureiro e o Escrivão ficassem por tempo indeterminado, porque eram os cargos que exigiam maiores responsabilidades e trabalho. Eram preferidos como integrantes da Mesa, pessoas de destaque, dentro do Quadro Social da Irmandade. Naquele período, o elevado número de analfabetos era de chamar a atenção. As Irmandades de pretos africanos e de pretos crioulos tiveram por isso mesmo que escolher escrivões e tesoureiros brancos, porque o número de irmãos negros que não sabiam ler e escrever era imenso.

É sabido que o impulso corporativo das Irmandades, confrarias e Ordens de Leigos, consistente em princípios já explicados anteriormente, levou a uma proliferação nada comum das referidas instituições, principalmente quando comparamos a capitania de ouro com regiões onde existiam também as Ordens Monásticas (de Monges).

Em Minas Gerais foi terminantemente proibido o estabelecimento do clero regular.

A febre do ouro podia perturbar tanto o cidadão como o representante de Deus, daí o Estado português tem se preocupado no sentido de não criar condições propícias para se contagiarem os monges e freiras dos vícios desta singular humanidade, ou seja, não exercerem o contrabando do ouro e dos diamantes.

Foram as Irmandades, tanto de brancos como de pretos e mulatos, que deram o brilho, embelezamento às festividades religiosas, responsabilizando-se por todas as obrigações religiosas.

Convertidos à religião católica foram sem dúvida os mais fervorosos deste culto, resolvendo erigir como Padroeira de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e a Nossa Senhora do Rosário do Alto da Cruz do Padre Faria, não fazendo, porém, a menor oposição a que também os brancos se associassem a estas Irmandades.

A separação aconteceu mais tarde. A primeira Irmandade de mulatos a constituir-se, a de Nossa Senhora da Boa Morte, na Matriz de Nossa Senhora da Conceição, somente mais tarde separou-se da Matriz de Ouro Preto, outra corporação que teve um papel muito elevado na vida social e religiosa foi a Irmandade do Senhor São José dos Homens Pardos ou Bem Casados.

As Irmandades eretas dentro das respectivas matrizes tinham assinalados o seu altar com a sua Santa ou Santo, ou, em alguns casos, quando não mais existia lugar, representando o seu orago. A independência das respectivas Irmandades, com Igrejas e Capela própria, tomou corpo aproximadamente na primeira ou segunda metade do século XVIII, com a ereção de suas poderosíssimas ordens de brancos: a Igreja do Carmo e de São Francisco, seguindo-se duas Mercês de Cima, Nossa Senhora de Guadalupe, a de Santa Cecília e a Arquiconfraria do Cordão.

Outras permaneceram até o dia de hoje na sua respectiva matriz. Somente em raras ocasiões foi possível conseguir do erário real alguma contribuição, como no caso do órgão da Sé de Mariana e outra para o altar-mor de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto.

Neste sentido, o monarca descuidou-se completamente da sua responsabilidade diante da fé católica. Confiava na religiosidade dos seus súbitos, fez ouvidos surdos e deixou os sacrifícios para outros.

Tudo, absolutamente tudo, foi obra do povo rico e do povo pobre: o edifício, os altares, estatuária, as pias de batismos, os sinos.

Existia comumente acentuada rivalidade entre uma Irmandade e outra, a História destas confrarias se acha cheia de conflitos, alguns de grande importância. Estas rivalidades manifestavam-se em grau maior quando se aproximava o dia de Corpus Christi, principalmente pela disputa da Ordem de colocação de cada Irmandade na procissão. Estas festas também tinham um máximo de ostentação quando se circunscreviam ao Padroeiro ou Padroeira da Casa, e aos Santos e Santas de devoção familiar. O catolicismo sempre teve características na exteriorização do culto e deve compreender-se que na terra do ouro e dos diamantes, cheia de acidentes, de conflitos, de doenças e perigo de morte, era inevitável chegar-se a verdadeiros excessos. Numa ocasião, um provector magistrado observou a enorme despesa em foguetes e bombas de uma Irmandade, fazendo ver que estas manifestações, nada tinham com o culto divino, e obrigava os irmãos a restituírem, por meio de coletas, o dinheiro futilmente gasto.

Os irmãos vendiam à Irmandade produtos por eles fabricados ou produzidos, como cera, tochas, tecidos ou determinada roupa, elaborada pelas suas mulheres e filhas. Pertencia esta transação aos hábitos instituídos desde o começo das confrarias.<sup>16</sup>

QUADRO ESTATÍSTICO DAS IRMANDADES DE OURO PRETO

VILA RICA

*Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias*

IRMANDADES	DATA
<i>Nossa Senhora da Conceição</i>	1717
<i>Santissimo Sacramento</i>	1717
<i>Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Antônio Dias</i>	1724
<i>Nossa Senhora da Boa Morte</i>	1725
<i>Sant'Ana</i>	1730
<i>Almas e/ou São Miguel e Almas</i>	1732
<i>Nossa Senhora do Rosário da Capela Padre Faria</i>	1733
<i>Nossa Senhora do Terço</i>	1736
<i>Nossa Senhora das Mercês dos Perdões</i>	1743
<i>São Gonçalo Garcia</i>	1751
<i>Nossa Senhora das Dores</i>	1770
<i>Nossa Senhora do Rosário do Alto da Cruz</i>	1785
<i>Santo Antônio</i>	1786
<i>São Sebastião</i>	1786

Fonte: <sup>17</sup>

**QUADRO ESTATÍSTICO DAS IRMANDADES DE OURO PRETO**

**VILA RICA**

*Freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto*

IRMANDADES	DATA
<i>Almas e/ou São Miguel e Almas</i>	1712
<i>Santíssimo Sacramento</i>	1712
<i>Nossa Senhora do Pilar</i>	1712
<i>Nossa Senhora do Rosário</i>	1715
<i>Santo Antônio de Pádua</i>	1715
<i>Senhor dos Passos</i>	1715
<i>Santa Quitéria</i>	1720
<i>Nossa Senhora do Pilar</i>	1724
<i>Santana</i>	1730
<i>São José</i>	1730
<i>Nossa Senhora de Guadalupe</i>	1740
<i>Nossa Senhora do Carmo</i>	1752
<i>Nossa Senhora das Mercês - Assis</i>	1754
<i>São Francisco - Arquiconfraria</i>	1760
<i>São Francisco de Paula</i>	1780
<i>Sagrados Corações de Jesus, Maria, José e Senhor de Matosinhos</i>	1785

Fonte: <sup>18</sup>

## II. IRMANDADES E INDIGENTES

Segundo Joaquim Furtado de Menezes, a Irmandade de Sant'Ana, que visava a criação e manutenção de um hospital para tratamento dos enfermos, pobres e desamparados, foi fundada em 2 de outubro de 1730.

Como pude observar nos estatutos da Santa Casa de Misericórdia, a Irmandade tinha como meta a criação de um hospício de alienados, uma casa e de expostos e asilo de menores desvalidos, uma maternidade, um asilo de inválidos. Infelizmente, a falta de auxílios não lhe permitiu ainda, iniciar sequer a execução de seu 2º artigo.

Apesar das dificuldades que há muito se vinha notando em nossa cidade, elas conseguiram elevar de modo surpreendente o patrimônio da instituição, ao mesmo tempo em que procurou-se melhorar a instalação e acomodação do Hospital.

É necessário observar que ao longo do século XVIII, o patrimônio da instituição foi gradativamente aumentando, podendo, assim, a Irmandade construir um prédio grande, arejado, dispondo de excelentes salas para os indigentes e quartos para os irmãos e pensionistas. A Irmandade também pode adquirir uma farmácia e um arsenal cirúrgico e ainda a edificar uma capela.

Foram feitos novos estatutos, sendo aprovados em Assembléia para se avaliarem os esforços feitos pelas Mesas Beneméritas.

Nos estatutos aprovados em Assembléia, havida em 17 de janeiro de 1897, consta no parágrafo 3º, Artigo 1º, o seguinte:

*“Os enfermos indigentes, sem distinção de Nação ou de religião, serão tratados no seu Hospital”.*

Para que os indigentes fossem sepultados fez-se um acordo com a Ordem Terceira de São Francisco de Paula, que cedeu covas em seu cemitério por 400\$000.

Em 1888, organizar-se-ia uma empresa funerária, obtendo-se autorização pela Resolução 3571 de 28 de agosto de 1888, da Assembléia Provincial.

O material necessário para tal empresa chegou em 1890, porém, por causa da dificuldade de condução para Saramenha, não foi possível levar esta empresa adiante e por isso os Irmãos apelaram para a Ordem Terceira de São Francisco de Paula, como mencionamos acima.

Em relatório apresentado pela Santa Casa de Misericórdia, nos anos de 1872 a 1875, observamos uma das mais tristes fases da epidemia de bexiga, que transformou o prazer das pessoas em triste expressão de dor, lágrima e luto.

Desde outubro de 1873, a Santa Casa se encarregou do tratamento da varíola que se alastrou na região. Gastou-se muito, porém, a Santa Casa só recebeu proventos bem mais tarde, proventos estes gastos com o Lazareto, Hospital de Indigentes.

Pelas muitas dificuldades que a Mesa encontrou na anterior administração, o recebimento dos recursos foram imediatamente despendidos em pagamento médico, enfermeiros, dietas, medicamentos, condução de enfermeiros e enterros.

Para melhor demonstração do que se disse acima, indicamos nas páginas 48 - 53 uma série de mapas estatísticos.<sup>19</sup>

### III. REFORMA DA TABELA DE DIETAS E RAÇÕES

Devido aos gastos excessivos com gêneros alimentícios, os quais não atendiam às necessidades dos doentes, entendeu a Mesa Administrativa a urgência da criação de uma nova tabela que evitasse desperdícios e que melhorasse a alimentação dos enfermos.

A longo prazo, a criação da tabela para a alimentação também surtiu resultados, não contrariando o hábito de nossos patrícios, dando-lhes uma alimentação que não fugisse aos hábitos locais; o almoço invariavelmente pão, arroz, carne ou galinha com pão, em vez de água de fubá, havia também a possibilidade do gozo de alimentos mais agradáveis, como peixe, carne de porco fresca ou de carneiro, que raramente apareciam no mercado, e tinham um alto preço.

Foram efetuadas diversas experiências medindo as quantidades de alimento para cada refeição e graças a isso a despesa com doentes diminuiu.

Vejam as contas apresentada, pela Santa Casa, a dois pensionistas: um em 1742 e outro em 1755.

A de 1742, foi paga por Manoel Gonçalves Leça: ele entrou em 16 de abril e saiu curado em 24 de julho do mesmo ano.

## TABELA DE PENSIONISTA

Por 46 dia a comer $\frac{1}{2}$ galinhas por dia são 23 galinhas (a $\frac{1}{4}$ de oitava e seis vinténs de ouro cada galinha) fazem	10/8		2
Por 59 dias que comeu carne a duas vezes por dia	3/8	1/2	6
Por 199 pannis que o dito comeu a 2 vinténs o pão	12/8	1/4	6
por 1 alqueire de farinha		1/4	6
Por 4 sangrias		1/2	
Por azeite para alumiar o dito acima		1/8	4
Por 4 barbas feitas, lhe fez o barbeiro			4
Por capim e esteira para a sua cama		1/4	6
Por assistência de o servir nesta Santa Casa	28/8	3/4	2
Cama e toda a mais roupa que lhe foi necessária no decurso de três meses e seis dias	12/8		
Pela assistência do médico e cirurgião	20/8		
Soma todo gasto salvo erro	60/8	3/4	2
Valia a oitava 1\$200, portanto: - sessenta oitavas de ouro ou 32 vinténs de ouro			72\$000
Três quartos de oitava ou 24 vinténs de ouro			900
Dois vinténs de ouro			075
Soma Rs.			72\$975
Nesta conta não se acham computadas as recitas: com certeza foram pagas diretamente ao boticario.			
Rol da despesas que Manoel Marques da Rocha nesta Santa Casa da Misericórdia que teve princípio em 29 de maio de 1755 até hoje 29 de julho do dito ano. Gastou em todo este tempo 8 galinhas a $\frac{1}{4}$ e 2 vinténs	2/8	1/2	
Por carne que comeu		1/2	
Por 8 pannis que gastou		1/2	
Poupa lavada e sal, lenha azeite a seis vinténs por dia que são 32 dias importa	6/8		
Pelos remédios que vieram da botica como consta do bilhete junto	7/8	1/2	5
Soma toda a conta acima salvo erro	17/8		5
Nessa época era o boticário - Mauricio Carneiro de Azevedo e a oitava já valia 1\$500.			
A assistência do physico mór não foi computada.			

Fonte: <sup>20</sup>

Para esse fim, organizou-se nova série de dietas, sendo escolhidos os alimentos de modo que as quantidades de azoto e carbono fossem crescendo paulatinamente de um momento a outro, até a média de 20 gramas do primeiro de 310 do segundo, para atender às necessidades de reparação crescente das forças dos enfermos.

Dos sete médicos que examinaram o procedimento, alguns aconselharam modificações, que foram imediatamente aceitas; um apenas entendeu que se devia adotar plano inteiramente diversos, mas, com a prática de muitos meses como a tabela provisória já se tinha demonstrado que a composição de cada refeição diária era satisfatória. Então a tabela foi aceita.

Sem dúvida era possível organizar-se uma tabela mais farta para os enfermos. As Mesas não podiam fazer alterações nas tabelas sem estudar bem. Por essa razão, a Mesa proibiu mais qualquer coisa na tabela e criou-se uma grande fiscalização sobre tudo o que diz respeito à economia hospitalar; os gastos passaram a ser feitos com parcimônia.<sup>21</sup>

## II.11. BOTICA (FARMÁCIA)

No relatório da Santa Casa de Misericórdias de Ouro Preto, apresentado no ano de 1875, pude observar que a Mesa Administrativa exercia um grande poder sobre os destinos das instituições.

Tendo a Santa Casa constantemente numerosos doentes, e sendo excessiva a despesa com medicamentos, que nem sempre eram encaminhados pelos fornecedores em tempo, forçoso foi a uma Mesa zeladora, que funcionou em 1862, presidida pelo atual ilustre secretário, tomar uma providência. Portanto, encarregou da administração de uma bem fornecida botica ao prestante e inteligente farmacêutico, Tenente Coronel José Vianna Wallerson, que primeiro foi pago a 25\$000 mensais, e depois a 500\$000 anuais; tempo mais tarde julgando a Mesa melhor resolveu abrir a botica ao público, fazendo novo contrato, dando 50% de lucros aos por ela responsável, oferecendo assim muita vantagem ao mencionado boticário, sistema que persistiu até 1870.

Desta data em diante, e por contrato firmado a 20 de outubro do mesmo ano com o farmacêutico Manoel Frederico d'Oliveira Jacques, foi estabelecido que o mesmo continuaria a gerir a botica pelo ordenado de 1.200\$000, livres de todas as despesas pelo espaço de 4 anos, dessa forma, podemos afirmar que durante muitos anos, a Santa Casa de Misericórdia manteve no seu núcleo uma botica que, forneceu medicamentos aos ouropretanos, conforme revelam os balanços de 1873 a 1874, que fazem parte deste presente estudo.

Como consta na documentação de época, a Santa Casa usufruía um lucro de 5.852\$043, mas tal resultado não era satisfatório; pois significativa parcela do lucro devia ser destinada ao pagamento da quantia de 1.200\$000, de gratificação ao farmacêutico. O pagamento do farmacêutico pesava na despesa da Santa Casa, comprometendo os lucros da botica.

Assim, pois, deduzida a quantia de 1.200\$000, o saldo ficava reduzido a 4.555\$073, sendo 2.029\$161 referente a dívidas, vasilhame depreciado e medicamentos estragados.

E ainda atendendo-se à dívida ativa e seu valor, percebe-se o seguinte: que sendo ela no ano de 1873 de 1.230\$375, elevou-se em seguida para 2.029\$161, o que equivale a dizer que a tendência da botica Santa Casa era o de acumular prejuízos.

Com o correr dos anos e devido ao socorro a outros estabelecimentos, a botica da Santa Casa acumulou dívidas, perdendo seu poder monetário, tendo de ser fechada, o que obrigamos aos Irmãos a recorrerem aos farmacêuticos da Capital.

Tal foi a má impressão deixada pela botica, que a Mesa subsequentes não quiseram reestabelecer outra, preferindo o contrato com o Tenente Coronel Cândido Vianna Wellerson, que fazia o fornecimento com a máxima regularidade.

A Mesa Administrativa, contudo, entendeu que esse contrato, por mais escrupulos que houvesse na sua execução, não podia continuar, pois só a verba de medicamentos, implicava, anualmente, no gasto de cinco, seis contos de réis ou mais, o que para uma Irmandade paupérrima como esta, era bastante penoso.

Conforme afirma o relatório da Santa Casa de Misericórdia de Ouro Preto, nos anos de 1886 a 1887, a Mesa Administrativa analisou as causas que determinaram a elevação dos preços de medicamentos e resolveu montar uma nova farmácia, estipulando então regras precisas que garantissem o feliz êxito desse novo estabelecimento:

- Proibiu as drogas que eram caríssimas e, em geral, pouco eficazes .
- Adotou para o serviço clínico o formulário da Santa Casa da Corte, que tinha a seu favor não admitir drogas e prestar-se vantajosamente para o serviço de um grande hospital, pois na Santa Casa da Corte, haviam inúmeros doentes e grande número de clínicos, além de oferecer melhores recursos de terapêutica para todos os casos patológicos.
- Montou a botica para a clínica exclusiva do hospital, proibindo a venda de medicamentos para particulares, a fim de evitar abusos, até porque havia na Capital muitas farmácias que absorviam melhor a freguesia.
- Proibia que os farmacêuticos fizessem pedidos diretos a qualquer farmácia.
- Especificou todas as obrigações dos empregados em relação a regularidade do serviço, exigindo, assim, o balanço anual da botica, para analisar sua boa ou má direção.

Uma observação feita por mim é a de que a primeira farmácia apenas repassava medicamentos, já a segunda procurava aperfeiçoar o serviço, trazendo um farmacêutico que regularizou o serviço, preocupando-se em inteirar-se das doenças e necessidades do Hospital.<sup>22</sup>

## BALANÇO DADO NA BOTICA DA SANTA CASA

Dezembro de 1873

Pelo Gerente Manoel Frederico de Olivira Jacques

			DEVE
1872			
Dezembro	31	Importância do fundo na botica	8:015\$566
	"	Idem em dívidas que existem	1:230\$357
1873	3	Importância de suas facturas, uma nesta data, outra em 30 de setembro	3:481\$265
Fevereiro		2.959\$170	
		Carretos das duas facturas	522\$095
		Dinheiros recebidos de Sr. Thesoureiro para despezas de costeios com a botica, casa, direitos e mais despezas	839\$675
		Importância do ordenado do gerente	1:200\$000
		Idem recebida para carretos	522\$095
		SOMA	15:288\$976
		Saldo a favor da Santa Casa	3:918\$539
			19:207\$515
			<b>HAVER</b>
1873			
Outubro	3	Dinheiro entregue ao Sr. thesoureiro	3:702\$640
		Dito despendido com costeios da botica, aluguel de casa, direitos e mais despezas	839\$675
		Ordenado do Gerente	1:200\$000
		Importância de medicamentos fornecidos a pobres e pensionistas da Santa Casa	1:549\$100
		Idem de medicamentos, fornecidos a militares	1:133\$840
		Idem de medicamentos fornecidos à enfermaria da cadeia	1:691\$770
		Idem de medicamentos fornecidos ao lazareto	30\$480
		Medicamento pedidos pelos enfermeiros, e não abonados	15\$240
Dezembro	31	Fundo da botica em medicamentos e drogas	7:497\$135
		Importância de dívidas existentes	1:025\$540
		Idem despendida com carretos	522\$095
		SOMA	19:207\$515
			<b>RESUMO</b>
		Fundo existente na botica	
		7:497\$135	
		Dívidas que existem	
		1:025\$540	
		Dinheiro entregue ao thesoureiro	3:702\$640
		Dito despendido com carretos	
		522\$095	
		Dito despendido com costeiro	
		839\$675	
		Ordenado do gerente	
		1:200\$000	
		Medicamentos fornecidos a todas as enfermarias	4:420\$430
			19:207\$515

**BALANÇO DADO NA BOTICA DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA  
DE OURO PRETO**

**Ano: 1874**

**Pelo Gerente Manoel Frederico de Oliveira Jacques**

1873 Dezembro	31	Importância do fundo existente na botica pelo qual me debito em janeiro de 1874	7:497\$135
"	"	Dívidas que passarão de 1873 para 1874	1:025\$540
1874 Julho	27	Importância de medicamentos recebidos nesta data, e em outras do corrente ano de 1874	3:032\$808
"	"	Dinheiro recebido do Sr. Thesoureiro para pagar carretos	474\$700
Dezembro	31	Idem recebido para custeio da botica, aluguel de casa, servente, pintura, e direitos públicos	1:039\$270
"	"	Importância do ordenado do gerente	1:200\$000
			14:269\$453
		Saldo a favor da Santa Casa	5:852\$043
		S. E. e Enganos	20:121\$496
1874 Dezembro	31	Importância de medicamentos fornecidos aos pobres e pensionistas tratados na Santa Casa	2:432\$640
"	"	Idem Idem aos presos da cadeia	1:770\$300
"	"	Idem idem à companhia de cavalaria	384\$240
"	"	Medicamentos fornecidos ao lazareto	1:487\$520
"	"	Idem pedidos pelos enfermeiros e não abonados	88\$480
"	"	Importância de dívidas que atualmente existem	2:029\$161
"	"	Dinheiro entregue ao Sr. Thesoureiro	2:970\$370
"	"	Ordenado do gerente	1:200\$000
"	"	Fundo que exise hoje na botica em drogas e vasilhame	6:838\$785
			20:121\$496
		<b>RESUMO</b>	
		Medicamentos fornecidos ao hospital, cadeia e lazareto	6:083\$180
		Dívidas que existem	2:029\$161
		Dinheiro entregue ao thesoureiro	3:970\$370
		Fundo em medicamentos	6:838\$785
		Ordenado do gerente	1:200\$000
			20:121\$496

Pharmacia de Santa Casa do Ouro Preto, 27 de Janeiro de 1875.

O Gerente, Manoel Frederico de Oliveira Jacques.

## II. III. PRONTUÁRIOS E LAUDOS

Como pude observar através da documentação de época, não haviam prontuários e laudos dos pacientes e sim mapa estatístico de cada setor e livros grandes e pesados nos quais eram anotados a data de entrada e de saída dos pacientes.

Eram feitos relatórios de gastos, de doenças, das epidemias e óbitos, muitas vezes misturando-se aos documentos existentes.

Para facilitar o trabalho da Mesa Administrativa, que tinha um controle rigoroso e total sobre o Hospital, eram feitos livros de escrituração:

- de receita e despesas;
- de ata;
- de depósitos;
- de contratos;
- de conta corrente com os irmãos;
- de registros de correspondência;
- de títulos do patrimônio da Santa Casa.

Todos estes livros eram abertos, numerados, rubricados e encerrados pelo provedor e escriturados pelo secretário.

O provedor era responsável pelas medidas tomadas de encontro às deliberações das Assembléias dos Irmãos; nas reuniões lhes eram apresentados todos os livros de controle.

**Mapa Estatístico das Praças da Companhia de Cavalaria de Linha**

*Tratados neste Estabelecimento*

*Ano: 1874.*

CLASSIFICAÇÃO	CAVALARIA DE LINHA
<i>Passarão</i>	3
<i>Entrarão</i>	175
<i>Total</i>	178
<i>Curarão-se</i>	169
<i>Falecidos</i>	
<i>Ficção existindo</i>	9
<p><i>Santa Casa de Misericórdia</i>  <i>Ouro Preto, 1º de Janeiro de 1875.</i>  <i>O enfermeiro mór,</i>  <i>Antônio Justino Ferreira Júnior.</i></p>	

## Mapa Estatístico das Praças do Corpo Policial

*Tratados neste Estabelecimento*

*Ano: 1874.*

CLASSIFICAÇÃO	CORPO POLICIAL
<i>Passarão</i>	5
<i>Entrarão</i>	293
<i>Total</i>	298
<i>Curarão-se</i>	279
<i>Falecerão</i>	3
<i>Ficão existindo</i>	16

*Santa Casa de Misericórdia*  
*Ouro Preto, 1º de Janeiro de 1875.*  
*O enfermeiro mór,*  
*Antônio Justino Ferreira Júnior.*

### III.A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA: FUNÇÃO SOCIAL

Em 16 de abril de 1738, D. João V expediu um alvará permitindo a edificação de uma capela em homenagem à Padroeira da Irmandade do Hospital.

Inicialmente, a Santa Casa de Misericórdia foi uma entidade regida pelos estatutos do Hospital D. José de Lisboa; em 1754, D. João, por proventos vindos do Reino, ordenou que vigorasse o regimento da Santa Casa do Rio de Janeiro, o que se deu até 1862, quando Afonso Celso de Assis Figueiredo organizou novos estatutos, aprovados pelos irmãos e que vigoraram até 1871, em que a Assembléia Provincial aprovou os novos estatutos pela Lei de nº 182 de 12 de outubro de 1897.

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia tinha por fim admitir e tratar os irmãos da Irmandade, os enfermos não indigentes, mediante pagamento de diária estabelecida pela Mesa Administrativa, sujeitando-se ao regimento interno.

Em 1886, a Mesa Administrativa relatou o que se passou de mais importante quanto ao movimento econômico e outras particularidades da instituição, expondo diversas medidas planejadas e executadas para melhorar as finanças da casa, beneficiar os enfermos e regularizar os serviços, sendo elas:

- ficar a compra, depósito e distribuição de gêneros alimentícios a cargo exclusivo do Procurador;
- a criação de uma farmácia interna (botica);
- reforma da tabela de dietas e rações;
- organização de um regimento interno.

O primeiro item não foi planejado pela Mesa e sim executado, pois já estava indicado no estatuto da instituição e no primeiro mês já havia dado resultado.<sup>23</sup>

#### IV. HOSPITAL

A iniciativa da criação do Hospital da Misericórdia, que inspira-se na filantropia, monopolizando as atenções públicas e estimulando os mais nobres sentimentos dos habitantes de Vila Rica, foi de profunda inspiração cristã; tinha, desde sua fundação, a caridade como principal preceito, sendo esta entendida como uma ajuda espiritual, hospitalar e social aos doentes e necessitados.

Em 30 de agosto de 1735, escrevia Gomes Freire de Andrada a S. Maj., a propósito de Henrique Lopes de Araújo, homem laborioso Sr., a Capitania destas Minas se achava sem Casa de Misericórdia, instituto igualmente pio e próprio dos portugueses em notória utilidade temporal delas, além do principal fim de serviço de Deus; em nenhuma parte dos domínios de V. Maj. e mais necessária e útil a Irmandade da misericórdia com Hospital, pois ainda as pessoas que possuem bastante riqueza morrem ao desamparo, porque nas doenças ficam sem assistência, que a de escravos bárbaros. Hum Henrique Lopes de Araújo deixou a Câmara umas casas e lavras, para se applicarem ao Hospital se acaso se fundasse, as lavras se arrematarão por seis Livras de Ouro, e há poucos dias se unissem as pêssoas zelosas desta vila, compraram casas em sítio acomodado que fizeram Hospital, e desde logo trataram de fazer curar doentes, e mais obras de Caridade, que são do instituto da Irmandade da Misericórdia, na esperança que V. Mag. Lhe faria mercê e a todas estas Minas, de tomar debaixo da sua real e imediata proteção este Hospital a Congregação, para que fosse Casa Real de Misericórdia como a do Rio de Janeiro e mais que há no Brasil, esta concessão tão própria da real piedade de V. Mag., animará os devotos que hoje cuidam na enfermaria, e sem ela não será possível que continue o seu zelo. V. Mag. Resolverá o que for mais conveniente ao seu real serviço, a real pessoa de V. Mag. Guarde Deus ms. Anos como seus vassallos havemos míster. — Vila Rica, 30 de agosto de 1735. Gomes Freire de Andrada.

Sem aspirações e cheio de préstimos, que por tais qualidades seria digno da maior benemerência, deixou à Câmara umas casas e lavras, para serem aplicadas no Hospital se acaso se fundasse, as lavras se arremataram por seis libras de ouro, e se uniram as pessoas zelosas desta vila, compraram casas que fizeram Hospital e desde logo trataram de fazer curar os doentes e realizar outras obras de caridade.

Em 1741, D. João V mandou, por provisão régia que vigorassem na Santa Casa de Ouro Preto, os estatutos do Rio de Janeiro e por eles se regeu até 1862.

Estes novos estatutos estiveram em vigor até 1871, desde quando começou a Santa Casa a se reger pelos atuais, nessa data aprovados pela Assembléia Provincial, à qual haviam sido apresentados, em 1870, pelo então provedor e comendador, Francisco de Paula Santos.

Pense-se, desde 1830, na mudança do Hospital da Praça para local melhor, mas não é executado de pronto. Em 1841, a Assembléia Provincial concede o usufruto da chácara do falecido Manoel Joaquim Ribeiro para a construção do novo Hospital, concedendo ainda uma loteria de 120:000\$000. Somente em 1849 são feitas despesas com a "prontificação da casa do Xavier para onde tem de ser transferido o Hospital da Caridade", mas neste ano, ele ainda funcionava na praça.

Funcionava, então o Hospital à rua Nova, em prédio para o qual se transferiu em 1854, através da Lei 692, de 23 de maio, quando é feita a permuta com o quartel existente na rua Nova, ali se estabelecendo a Assembléia Provincial. A transferência, de fato, é feita em 1857, recebendo os Irmãos 14: 000\$000 para as adaptações necessárias, comprando a Santa Casa, do conselheiro José Dias de Carvalho, um prédio, na rua Nova, por 4:000\$000 para transferir para ali o Hospital.

*Movimento do Hospital*

Foi o movimento das enfermarias, durante o ano de 1886, o seguinte:

CLASSES	ENTRADAS			SAÍDAS			EXISTEM
	<i>Existiam</i>	<i>Entraram</i>	<i>Total</i>	<i>Curados</i>	<i>Falecidos</i>	<i>Total</i>	
<i>Sold. de linha</i>	3	112	115	112	2	114	1
<i>Sold. de Policia</i>	8	157	165	160	-	160	5
<i>Sold. de Urbanos</i>	1	18	19	16	-	16	3
<i>Presos da Cadeia</i>	28	706	734	668	41	709	25
<i>Pension. Part.</i>	-	35	35	29	3	32	3
<i>Pobres</i>	34	252	286	195	62	257	29
<b>TOTAL</b>	74	1.280	1.354	1.180	108	1.288	66

O Hospital dispunha de empregados constantes; eram eles médicos, enfermeiro capelão e enfermeira mor, enfermeiro militar e diversos serventes, cozinheiros e lavadeiras, que cumpriam magnificamente suas obrigações recebendo elogios pelo zelo e caridade com que se prestavam a tratar os seus humanitários deveres.

Embora não tenha conhecimento profissionais contudo, pelos efeitos, conheço as causas, e por isso posso afirmar ser perito em cirurgia, pelas muitas operações que foram feitas e pelos bons resultados que se conseguiu.

O quadro funcional de enfermaria do Hospital, era composto por, quatro enfermeiras: a dos pobres, a da cadeia, as das praças de polícia e linha.

Também havia a enfermaria dos loucos, que foi melhorada com o passar dos tempos, mas quando, o número de loucos subiu, foram contratados enfermeiros especiais.<sup>24</sup>

*Mapa do movimento das enfermarias de pobres e pensionistas, tratados no Hospital da Santa Casa durante o ano de 1886.*

CLASSIFICAÇÕES	ENTRADAS			SAÍDAS				OBSERVAÇÃO
	Existiam	Entraram	Total	Curados	Falecidos	Total	Existem	
Pessoas pobres	34	252	286	195	62	257	29	Entraram 5 moribundos
	-	35	35	29	3	32	3	
Pensionistas	34	287	287	224	65	289	32	

#### IV.1.NOVO HOSPITAL

A Mesa Benemérita teve grande desejo de ativar as obras que foram de grande importância para a construção do Novo Hospital.

Para se avaliarem os esforços feitos por essas Mesas Beneméritas, foi preciso que se observasse que ao mesmo tempo que o patrimônio ia gradativamente crescendo, a Irmandade construía um prédio grande, arejado e dispendo de excelentes salas para os indigentes e quartos para os irmãos e pensionistas, não poupando esforços para impulsionarem as obras.

A satisfação de comunicarem que a Assembléia Provincial, se não pode conceder o que pediram, mas não só autorizou o auxílio de mais de 20.000\$000 para a continuação das obras, como elevou a subvenção a 4.000\$000, convindo acrescentar que o auxílio e a subvenção anual já se acham recolhidos aos cofres da Santa Casa, graças ao espírito de justiça e generosas intenções do ilustrado magistrado que administrava esta Província, o Exmo. Sr. Desembargador Francisco Faria Lemos.

Quanto a Província, em virtude da Lei provincial nº 3186 de 23 de setembro de 1884, fez a Santa Casa a permuta do atual Hospital pelo Quartel da Polícia. Já tinham embargado umas obras que estavam fazendo em terrenos do Quartel, o cidadão Augusto Pantaleão, em consequência de um aforamento indevidamente feito pela Câmara Municipal.

Tendo aquele cidadão conseguido ultimamente em grau de recursos acórdão favorável da relação, e sendo essa decisão contrária aos direitos e interesses da Santa Casa, entendeu a Mesa que devia tentar a ação de embargo do acórdão, sendo este revogado e dado em favor da Irmandade.

O Novo Hospital foi regido pelo estatuto aprovado em Assembléia dos Irmãos, havida em 17 de janeiro de 1897.<sup>25</sup>

#### IV. IL. POLÍTICA COM RELAÇÃO À INDIGENTES

O amor pela humanidade traduz-se todos os dias em atos de filantropia praticados em benefício da nossa Casa de Caridade.

No ano de 1894, foram feitos com seus donativos e esmolas para melhorar e suavizar a sorte dos infelizes.

A Mesa Administrativa daquela época manifestou-lhe os seus sentimentos de gratidão em officios dirigidos pela provedoria, agradecendo as doações feitas pelos irmãos.

Tem sido confusa e incompleta a escrita até hoje seguida, que o próprio quadro patológico das enfermarias de pensionistas e pobres não pôde ser organizado, pela falta de documentação. No entanto, desde a sua fundação, a Misericórdia administrou as suas Obras de Caridade. O que sustentava as obras assistenciais graças à estas esmolas, loterias, legados e aos produtos provenientes dos bens imóveis.

A Caridade parece datar historicamente da Idade Média e está ligada ao aparecimento e crescimento das cidades, com o conseqüente abandono dos campos e o empobrecimento gradativo e cada vez maior da população. A miséria urbana, como importante componente da vida das cidades, estaria vinculada à origem da formação das confrarias que se constituíram na Europa, sobretudo na Itália, no decorrer dos séculos XII e XIII.

Compostas de mulheres e homens leigos, possuíam como objetivo principal a caridade com o seu próximo.

Neste contexto, a assistência, principalmente médico-hospitalar prestada à população ocorria em padrões que na época distinguiam, de maneira muito nitida, o tratamento dispensado ao paciente oriundo das classes mais privilegiadas daquelas menos favorecidas ou postos à margem da sociedade.

Quanto às classes indigentes, estas eram obrigadas a procurar os hospitais, que, devido às suas precárias condições de funcionamento, provocaram junto à população um verdadeiro horror à hospitalização. Em síntese, o Hospital do século XIX obrigava os pobres que não possuíam condições de receber tratamento médico de outra forma, a ação das Santas Casas de Misericórdia ganha importância neste aspecto, pois muito tempo permaneceram como único ponto de acolhimento dos desprovido de meios de tratamento e cura.<sup>26</sup>

## V. DOENÇAS

No século XVIII e XIX, várias doenças que atingiram Vila Rica, vitimando frequentemente a população. Para se estabelecer os índices de mortalidade deste período, as únicas fontes que contamos são os registros das paróquias, que têm serviço de fonte primária para vários trabalhos e os mapas deixados pelos relatórios feito pelos provedores.

As epidemias que apareceram no século passado eram provocados, sobretudo, pelas febres, tísicas-pulmonar e pela anemia inter-tropical. Seguidamente, nos casos das febres, originavam-se verdadeiras epidemias nas quais famílias inteiras desapareciam.

Na Bahia distinguia-se principalmente a febre tifóide, que ocorria em diversas épocas do ano. Acrescentavam-se a estas epidemias, outras causadas pela variola, rubéola, gripe desintéria e coqueluche.<sup>27</sup>

Segundo o relatório da Santa Casa de Misericórdia de 1875, redigido um dos mais notáveis homens que entre nós viveu, e a quem respeitavam por muitos títulos, o ilustre cidadão Dr. Marçal José dos Santos, em virtude da epidemia de bexiga, não havia Irmãos para completar a Mesa, quanto mais para preencher os trabalhosos lugares de Procurador, que são os verdadeiros operários do estabelecimento.

Então, dirigindo-se a estes distintos homens, e manifestando-lhes as dificuldades às quais se encontravam cada um deles, obtive as mais que generosas e humanitárias respostas: "Seremos Irmãos, e aceitamos os lugares de Procurador, porque hoje, além de tudo, existe a epidemia, e como todos fogem, nós queremos nos aproximar dos aflitos, e trabalhar em bem deles".

Generosas respostas, dignas de heróis, que sabem lutar, e efetivamente lutaram.

No meio deste mal, do qual todos fugiam; entre os lazaretos mais de uma vez por dia, observamos os Irmãos trabalhando e se os encontravam nesta cidade em todo o lugar, à procura do necessário para os enfermos, o que era difícil e caro, porque estavam sitiados pelo terror do mal, e todos deles fugiam, por falta absoluta de meios.

É necessário, observar o preito ao mesmo Exmo. Sr. Desembargador Freitas Henrique, porquanto, deste outubro de 1873, a dezembro de 1874 a Santa Casa se encarregou do tratamento dos variolosos, e só na administração de S. Exc. de novembro p.p. ano em diante, pode a Santa Casa receber o que despendia do lazareto, pelas muitas dificuldades que a Mesa encontrou na anterior administração, para lhe mandar pagar, não quantia que lhe deixasse lucro, porém só o que despendia em pagamento de médico, enfermeiro, dietas, medicamentos, condução de enfermos para lazareto, e enterramentos.

É para verdadeira apreciação da economia feita pelos dignos Procuradores, basta dizer que, de outubro de 1873, embora por muitas vezes o lazareto e a casa de saúde tivessem mais de 40 pessoas, a despesa total com ambos os estabelecimentos, paga pelo governo, foi de 8.873\$578, e nada mais.

Também se devem ao digno médico, Dr. Manoel de Aragão Gesteira, encarregado do tratamento dos variolosos, porque, não só por sua ilustração e caridade, dedicação e economia fez com que o número de mortos fossem muito aquém do que era de se esperar, como economizou para os cofres, não consentindo senão nas mais indispensáveis despesas.

Os documentos das páginas 48 - 53 mostram as doenças existentes no ano de 1874 e no ano de 1886.<sup>28</sup>

## VI. ASSISTENCIALISMO SOCIAL NO SÉCULO XVIII E XIX

A caridade parece datar historicamente da Idade Média e está ligada ao aparecimento e crescimento das cidades, com consequência o abandono dos campos e o empobrecimento gradativo e cada vez maior da população.

A miséria urbana, como importante componente da vida das cidades, estaria vinculada à origem da formação das confrarias que se constituiriam na Europa, sobretudo na Itália, no decorrer do século XII e XIII.

Alguns leigos, homens e mulheres, optarão pelo voto de renúncia e formaram grupos seculares de irmãos terceiros, aliado a ordens mendicantes. Outros procuravam vocações mais mundanas e estabeleceram Irmandades específicas para auxiliar os pobres urbanos.

As circunstâncias relativas à fundação de uma das Irmandade mais antigas da Florença; a confraria de Nossa Senhora da Misericórdia (confraria di Santa Maria della Misericórdia) ilustram a maneira pela qual as preocupações sociais eram percebidas por todas as classes e contribuíram para o nosso conhecimento da fundação de sua homônima em Lisboa.

Em Portugal, com efeito, as confrarias e Irmandades encontraram motivações suficientes para a sua formação. Sua origem ocorre dentro do contexto social e econômico europeu da época, caracterizado pela pobreza. A expansão ultramarina portuguesa nos séculos XV e XVI, acarretando entre outras coisas despovoamento, propiciou o nascimento de novas Irmandades. A Santa Casa de Misericórdia em Lisboa, instituída em 1498, veio responder às carências sociais de seu tempo. Sua propagação por todas as terras do reino, incluindo-se as do além mar, corresponde plenamente ao modelo de colonização que a coroa lusitana adotou com relação ao Brasil, excluindo desde o início as camadas menos favorecidas, aliando os empreendimentos comerciais à propagação da fé.

## Mapa Estatístico dos Desvalidos e Loucos

*Tratados neste Estabelecimento*

*Ano: 1874.*

<i>CLASSIFICAÇÃO</i>	<i>DESVALIDOS</i>	<i>LOUCOS</i>	<i>SOMA</i>
<i>Passarão</i>	5	3	8
<i>Entrarão</i>	3	9	12
<i>Total</i>	8	12	20
<i>Curarão-se</i>	5	4	9
<i>Falecerão</i>			
<i>Ficão existindo</i>	3	8	11

*Santa Casa de Misericórdia*  
*Ouro Preto, 1º de Janeiro de 1875.*  
*O enfermeiro môr,*  
*Antônio Justino Ferreira Júnior*

## Mapa Estatístico dos Presos de Justiça

*Tratados na Enfermaria da Cadeia*

*Ano: 1874.*

CLASSIFICAÇÃO	SOMA
<i>Entrarão</i>	452
<i>Curarão-se</i>	422
<i>Falecerão</i>	10
<i>Existem</i>	20
<i>Observações:</i>	
<i>Dos falecidos 4 forão de tuberculos pulmonares, 3 de pleursia, 1 de pneumonia, 1 de congestão cerebral e 1 de absorção purulenta.</i>	
<i>Enfermaria da Cadeia, 1º de Janeiro de 1875.</i>	
<i>O encarregado da enfermaria, Dr. Manoel de Aaragão Gesteira</i>	

## Mapa Estatístico dos Homens e Mulheres Pobres

*Tratados neste Estabelecimento*

*Ano: 1874.*

CLASSIFICAÇÃO	HOMENS E MULHERES POBRES
<i>Passarão</i>	<i>12</i>
<i>Entrarão</i>	<i>159</i>
<i>Total</i>	<i>171</i>
<i>Curarão-se</i>	<i>88</i>
<i>Falecerão</i>	<i>41</i>
<i>Ficão Existindo</i>	<i>42</i>

*Santa Casa de Misericórdia de Ouro Preto, 1º de Janeiro de 1875.*  
*O enfermeiro mór, Antônio Justino ferreira Júnior*

### Mapa Estatístico dos Doentes de Variola

*Tratados no Lazareto do Jardim Botânico*

*Ano: 1874.*

CLASSIFICAÇÃO	SOMA
<i>Entrarão</i>	<i>238</i>
<i>Curarão-se</i>	<i>134</i>
<i>Falecerão</i>	<i>100</i>
<i>Existem</i>	<i>4</i>
<i>Enfermaria do Jardim Botânico, 1º de Janeiro de 1875.</i>	
<i>O Encarregado do Lazareto, Dr. Manoel Aragão Gesteira.</i>	

**Mapa Patológico dos Presos Pobres de Justiça**  
*Tratados nesta Enfermaria*  
*Janeiro até Dezembro de 1886.*

Classificação das moléstias	Entrada				Saída			Observações
	E x i s t i t i r i o	E n t r a d a	T o t a l	C u r a d o s	F a l e c e i d o s	T o t a l	E x i s t e m	
Abcesso	-	9	9	9	-	9	-	-
Anemia	1	-	1	-	1	1	-	-
Angina	-	1	1	1	-	1	-	-
Asthma	1	4	5	4	-	4	1	-
Atenuação mental	-	1	1	1	-	1	-	-
Amenorrhéa	-	1	1	-	-	1	-	-
Bronchite	6	261	267	262	-	262	5	-
Blenorrhagia	2	2	4	4	-	4	-	-
Boubas	-	3	3	3	-	3	-	-
Constipação do ventre	-	2	2	2	-	2	-	-
Cachunbas	-	5	5	5	-	5	-	-
Cólicas	1	44	45	43	1	44	1	-
Contusão no olho	-	2	2	2	-	2	-	-
Contusão na cabeça	-	1	1	1	-	1	-	-
Callo ulcerado	-	1	1	1	-	1	-	-
Dartros	-	3	3	3	-	3	-	-
Diarrhéa	-	43	43	41	-	41	2	-
Derramamen. Cerebral	1	-	1	-	1	1	-	-
Dysenteria	-	10	10	-	9	9	1	-
Dysuria	-	6	6	5	-	5	1	-
Dyspepsia	-	2	2	1	-	1	1	-
Edemancia	-	8	8	8	-	8	-	-
Embaraço gástrico	1	49	50	50	-	50	-	-
Febre intermitente	2	3	5	5	-	5	-	-
Ferimento por balla	-	1	1	1	-	1	-	-
Fluxão	-	6	6	6	-	6	-	-
Gastralgia	-	2	2	2	1	2	-	-
Hemoptise	2	4	6	6	-	6	-	-
Hydropesia	1	2	3	2	1	3	-	-
Lesão de coração	-	10	10	-	10	10	-	-
Laringite	-	1	1	1	-	1	-	-
Methrorrhagia	-	1	1	1	-	1	-	-
Odontalgia	-	5	5	5	-	5	-	-
Orchite	-	2	2	2	-	2	-	-
Palpitação nervosa	-	10	10	10	-	10	-	-
Plorodynia	-	11	11	11	-	11	-	-
Pneumonia	4	4	-	-	4	4	-	-
Pericardite	-	4	4	-	4	4	-	Entrarão soffrendo de reumatismo agudo e falecerão de pericardite
Panarico	-	3	3	3	-	3	-	-
Rheumatismo	5	97	102	96	-	96	6	-
Kiso sebáceo	-	1	1	-	-	-	1	Foi operado e teve alta por curado
Sol de continuidade	2	2	4	4	-	4	-	-
Syphilis	-	5	5	4	-	4	1	-
Suppresão da transpiração	-	46	46	43	-	43	3	-
Sarnas	-	13	13	13	-	13	-	-
Tuberculosos pulmonar	3	9	12	-	10	10	2	-
Ulceras syphilitica	-	6	6	6	-	6	-	-
	28	706	734	668	41	709	25	

*Ouro Preto, 10 de Janeiro de 1887.*

# MAPA ESTATÍSTICO PATOLÓGICO DAS PRAÇAS TRATADAS NA ENFERMARIA MILITAR NA CIDADE DE OURO PRETO

1 de Janeiro A 31 de Dezembro de 1886.

		<i>Haverão</i>		<i>Sairão</i>		E x i s t i r ã o
		E n t r ã o	E n t r ã o	C u r ã o	F a l e c e r ã o	
<b>CLASSIFICAÇÃO DAS MOLÉSTIAS</b>						
<b>MOLÉSTIAS DE SÉDES DETERMINADAS</b>	<b>Apparelhos de Sensação</b>	Moléstias do aparelho do tacto	-	-	-	-
		Moléstias do aparelho da olfacção	-	-	-	-
		Moléstias do aparelho da gestação	-	-	-	-
		Moléstias do aparelho da audição	-	-	-	-
		Moléstias do aparelho da visão	-	3	3	-
		Moléstias do aparelho da reprodução	-	5	5	-
<b>MOLÉSTIAS DE SÉDES INDETERMINADAS</b>	<b>Apparelhos de Nutrição</b>	Moléstias do aparelho da digestão	-	22	20	1
		Moléstias do aparelho da circulação	-	*1	1	-
		Moléstias do aparelho da respiração	-	28	22	1
		Moléstias do aparelho urinário	1	8	4	-
		Moléstias do aparelho lymphatico	-	2	2	-
		Moléstias constituídas por um estado normal do sangue	1	8	4	-
<b>MOLÉSTIAS DE SÉDES INDETERMINADAS</b>	<b>Apparelhos de Locomoção</b>	Moléstias do systema osseo e dos seus accessórios	-	-	-	-
		Moléstias do systema muscular e dos seus accessórios	-	1	1	-
		Moléstia dos órgãos articulares e dos seus accessórios	-	6	6	-
	<b>Moléstias manifestadas por um estado febril</b>	Febre continuad	-	1	1	-
		Febres intermitentes	-	-	-	-
		Febres remittentes	-	-	-	-
<b>MOLÉSTIAS DE SÉDES INDETERMINADAS</b>	<b>Envenenamentos</b>	Por tóxicos irritantes	-	2	2	-
		Por tóxicos narcóticos	-	-	-	-
		Por narcóticos acres	-	-	-	-
		Por tóxicos sépticos	-	-	-	-
		Siphylis	-	4	4	-
		Nevroses	**1	14	15	-
	Moléstias constituídas por produtos morbidos anomaes do organismo	-	15	15	-	
	Moléstias constituídas por transformações organicas dos tecidos uns e outros	-	-	-	-	
	Moléstias constituídas primitivamente por um principio animal communicado ao homem	-	-	-	-	
	Moléstias determinadas pela decreptitude	-	1	1	-	
	Feridas diversas	-	-	-	-	
	Defeitos phisicos	-	-	-	-	
	Hernias	-	-	-	-	
	Cholera-morbus	-	-	-	-	
<b>SOMA</b>			3	112	112	2
					2	1

\* Este doente saiu do hospital por ter tido baixa do serviço. Está porém, figurando na casa dos curados por não haver uma casa especial para elle.

\*\* Por não haver casa especial figura entre os 15 doentes curados um de alienação mental, que foi transferido para a C6orte.

RESUMO			
Existirão	8	Sairão	112
Entrarão	112	Falecerão	2
		Existirão	1
<b>TOTAL</b>	<b>115</b>	<b>TOTAL</b>	<b>115</b>

Enfermaria Militar da Provincia de Minas Gerais na Cidade de Ouro Preto, 1º de Janeiro de 1887.  
O Encarregado da Enfermaria, Dr. Sizinio Ribeiro Pontes.

À medida em que a colonização avançava e que as primeiras cidades nasciam, um abismo profundo feito de pobreza e miséria separava senhores de escravos, ricos de pobres, brancos de negros, constituindo um terreno fértil para a caridade. Na Bahia, como demais Províncias do Império, a caridade teve ambiente propício não só para instituir-se como para assegurar sua continuidade. As Irmandades transplantadas no período colonial, continuaram após a Independência a exercerem o mesmo papel. Depois de 1822, o ranço colonial permaneceu. Era difícil libertar-se dele. As bases da economia eram as mesmas dos séculos precedentes, repousando ainda no berço escravo e continuando, conseqüentemente, a reproduzir uma sociedade de desigualdades praticamente intransponíveis.

Dentre as Irmandades, as Misericórdias ocuparam papel de maior importância. Qual o espírito que as movia? Já vimos que elas nasceram em resposta a uma situação concreta: a pobreza e miséria urbanas. No século XIX, a cidade de Salvador apresentava um quadro triste. Grande parte da população vivia em estado de pobreza e miséria, contrastando com reduzido número dos que possuíam conforto. Esta pobreza e miséria, todavia, já não possuíam as mesmas características dos séculos anteriores. O número de habitantes era maior e, conseqüentemente, havia mais pobres, mais mendicância, mais órfãos. A Irmandade, por sua vez, encontrava-se mais forte. Desde o século XVI, os seus bens acumulavam-se e o número de governadores, procuradores e secretários de Estado aumentava entre seus irmãos. Fechada em si mesma e protegida pelo seu *compromisso* ela fazia sua entrada no século XIX como a representante mais importante da caridade de Salvador.

Neste contexto, a assistência, principalmente médico-hospitalar, prestada à população ocorria em padrões que na época distinguiam, de maneira muito nítida, o tratamento dispensado ao paciente oriundo das classes mais privilegiadas daquelas menos favorecidas ou postos à margem da sociedade. Os primeiros faziam-se cuidar nas suas próprias casas. É bastante conhecida figura do médico de família, que não só visitava os enfermos como agia como uma espécie de conselheiro, modificando os hábitos familiares.

Quanto às classes indigentes, estas eram obrigadas a procurar os hospitais, que, devido às suas precárias condições de funcionamento, provocavam junto à população um verdadeiro horror à hospitalização. Em síntese, o Hospital do século XIX obrigava os pobres que não possuíam condições de receber tratamento médico de outra forma, a ação das Santas Casas de Misericórdia ganhou importância neste aspecto, pois por muito tempo permaneceram como único ponto de acolhimento de doente desprovido de meios de tratamento e cura.<sup>29</sup>

## VII. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Ao finalizar este trabalho, algumas considerações são colocada em relevância:

1. As Irmandades, força complementar da Igreja, propunham facilitar a vida social desenvolvendo tarefas que, em princípio, seriam responsabilidades do Poder Público.
2. As Irmandades funcionaram durante longo período de nossa história como autênticos organismos sociais da época.
3. Em Minas, não existindo as congregações religiosas de Jesuítas e Carmelitas, a Coroa tratou de estimular as Irmandades, a fim de que elas e através delas, transferisse ao próprio povo, os mineradores, comerciantes e escravos, os encargos tão dispendiosos de construir templos, cemitérios, etc.
4. Interessava à Coroa e ao Clero o desenvolvimento das Ordens Terceiras e Confrarias, pois encontrava nestas corporações uma estrutura legal e uma forma orgânica para expandir suas reivindicações coletivas.
5. Com o passar do tempo, as Irmandades tentaram, através da rivalidade na construção do mais belo templo se sobressair.
6. Igrejas Católicas do Brasil foram erigidas por Irmandades, sendo algumas por elas administradas.
7. A Irmandade de Santa Casa de Misericórdia de Ouro Preto é uma associação de caridade e desde o seu começo foi abrigo destinado a indigentes.
8. A Irmandade de Santa Casa de Misericórdia de Ouro Preto tem por fim admitir e tratar os irmãos da Irmandade, os enfermos, não indigentes, mediante pagamento de diária estabelecida pela Mesa Administrativa, sujeitando-se ao Regimento Interno.

9. A Santa Casa de Misericórdia de Ouro Preto foi um Hospital de valia para o povo da época, pois apesar da falta de recursos, ele atendia às necessidades tanto de espaço físico como na parte hospitalar, só que este Hospital, ao invés de melhorar, acompanhando o desenvolvimento do país, ele foi ficando para trás e hoje, em péssimas condições, ainda consegue atender à população, não exigindo das autoridades um Hospital melhor.
10. Através das Irmandades, os africanos se abrigavam com bem o nota João Camillo de Oliveira Torres. Os mestiços recebiam uma formação religiosa profunda.
11. As Ordens Terceiras eram encarregadas de construir e manter várias Igrejas de Minas, com o Ouro Preto e várias outras, possuíam órgãos e as Ordens Terceiras e Irmandades cuidavam de provimento dos coros, sustentando organistas, compositores e bandas.
12. A rivalidade entre as confrarias contribuiu também para um aprimoramento das próprias artes plásticas e da arte musical.

O Clero com sua influência plasmou a mentalidade do povo, colocando um freio no caos, que a ambição humana semeou em toda esta vasta religião ainda desconhecida e repleta de perigos, formou a mentalidade da população. Educou o povo. Evangelizou no pleno sentido da palavra. A consolidação social nesta nova região foi operada sob o influxo da Igreja. A Igreja era o centro religioso e social. Em majestosos templos, como foi visto, as artes se estampavam com toda a sua pujança.

A escassez de documentos que comprovassem a história desta Irmandade e deste estabelecimento fizeram com que a minha expectativa não correspondesse com o desejado.

## VIII. BIBLIOGRAFIA GERAL

### VIII.1. MANUSCRITAS

- Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana - AEAM.
- Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias de Ouro Preto
- Livro Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora de Rosário dos Pretos, denominada do Alto da Cruz, da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias de Villa Rica de Ouro Preto, 1733.
- Livro de Receita e Despesa da Irmandade de Nossa Senhora do rosário dos Pretos, do Arrayal do Padre Faria, 1729.

**VIII.IL.IMPRESSAS.**

- ANTONIL, André João. pseud. (João Antônio Andreoni). Cultura e Opulência do Brasil. São Paulo, Nacional, 1982.
- Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora dos Pretos na sua Capela Filial da Matriz de Nossa Senhora do Pilar de Villa Rica. In: Anuário do Museu da Inconfidência. Ministério da Educação e Saúde/ DPHAN, 1952
- SALLES, Fritz Teixeira de. Associações Religiosas no Ciclo do Ouro, Belo horizonte, UFMG/ Centro de Estudos Mineiros, 1963.

### VIII.III.LIVROS E ARTIGOS

- ANUÁRIO do Museu da Inconfidência. Ouro Preto, Ministério da Educação e Cultura/Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1953, v. 2 (v. 4 - 1955/57).
- ÁVILA, Affonso. Resíduos Seiscentistas em Minas Gerais. Belo horizonte, UFMG/Centro de Estudos Mineiros, 1967, 2 v.
- BOSCHI, Caio C. Os Leigos e o Poder (Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais). São Paulo, Ática, 1986
- CARRATO, José Ferreira. Igreja, Iluminismo e Escolas Mineiras Coloniais. São Paulo, Nacional, 1968.
- FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal. 10º ed., Rio de Janeiro, José Olímpio, 1961.
- FERREIRA, Félix, A Santa Casa de Misericórdia Fluminense, fundada no século XVI. 5ºed., Rio de Janeiro 1894, 1898.
- GORENDER, Jacob. O Escravismo Colonial. São Paulo, Ática. 1978.
- HOORNAERT, Eduardo. Formação do Catolicismo Brasileiro (1550/1800). 2 ed. Petrópolis, Vozes, 1978.
- -----, et alli. História da Igreja no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1977, t. 2.
- MELLO E SOUZA, Laura de. Desclassificados do Ouro: a Pobreza Mineira no Século XVIII. Rio de Janeiro, Graal, 1982.
- MENEZES, J. Furtado de. Igrejas e Irmandades de Ouro Preto. Belo horizonte, Imprensa Oficial, 1975

- OPT, Carlos , A Santa Casa de Misericórdia Fluminense, fundada no século XVI 5º ed., Rio de Janeiro 1894, 1898.
- PRADO Júnior, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia. São Paulo, Brasiliense, 1941.
- RUSSEL - WOOD, A. J. R. Fidalgos e Filantropos. A Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550 -1755. Brasília, ed. Universidade de Brasília, 1981. Coleção Temas Brasileiros, 20.
- SALLES, Fritz Teixeira de. Associações Religiosas no Círculo do Ouro. Belo Horizonte, UFMG/Centro de Estudos Mineiros, 1963. p. 126.
- SCARRANO, Julita. Devoção e Escravidão: A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no Século XVIII. São Paulo, Nacional, 1976.
- TRINDADE, Raimundo, Côn. Arquidiocese de Mariana: Subsídios para a sua História. 2 ed. Belo horizonte, Imprensa Oficial, 1953.
- -----, Instituições de Igrejas no Bispado de Mariana. Rio de Janeiro. Ministério da Educação e Saúde, 1945.

---

## REFERÊNCIAS

- <sup>1</sup> Florestan FERNANDES, Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina. Rio de Janeiro, Zanar, 1973. p.13.
- <sup>2</sup> Paul SINGER. op. Cit., p.10.
- <sup>3</sup> Caio Prado JÚNIOR R., op. Cit., p.276.
- <sup>4</sup> Jacob GORENDER, op. cit., p.447.
- <sup>5</sup> Eduardo HOORNAERT, História da Igreja do Brasil. p. 385, pg. 70.
- <sup>6</sup> Eduardo HOORNAERT, História da Igreja do Brasil. p. 385, pg. 70. Caio César BOSCHI, Os Leigos e o Poder. As Irmandades da Sociedade Escravista Mineira. p. 141.
- <sup>7</sup> Eduardo HOORNAERT, História da Igreja do Brasil. p. 385, pg. 70
- <sup>8</sup> Caio César BOSCHI, Os Leigos e o Poder. As Irmandades da Sociedade Escravista Mineira. p.141.
- <sup>9</sup> José Ferreira CARRATO. Igreja, Iluminismo e Escolas Mineiras Coloniais. p.6/7.
- <sup>10</sup> Florestan FERNANDES. O Negro no Mundo dos Brancos. São Paulo, DIFEL, 1962. p.63.
- <sup>11</sup> AEAM - Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, da freguesia de Santo Antônio da Casa Branca - compromisso (1726), fls. IV (provisão de confirmação).
- <sup>12</sup> Octávio IANNI. As Metamorfoses do escravo. p. 250.
- <sup>13</sup> Fritz Teixeira de SALLES. Associações Religiosas no Ciclo do Ouro. p. 25..
- <sup>14</sup> Modestino Augusto de Assis Martins. Relatório da Santa Casa de Misericórdia de Ouro Preto. Revista do APM, ano 1876 a 1887, p. 14 a 18.
- <sup>15</sup> Elnor Corrêa BARBOSA. Op. Cit., p.43.
- <sup>16</sup> Maria Eurydice Barros RIBEIRO, Entre o Prestígio dos Homens e a Salvação dos Céus. As Irmandades de Misericórdia e a Assistência Médico-Hospitalar na Bahia século XIX), p.1 a 8.
- <sup>17</sup> Caio César BOSCHI, Os Leigos e o Poder. Anexos 8, p.217.

- 
- <sup>18</sup> Caio César BOSCHI, Os Leigos e o Poder. Anexos 8, p.217e 218.
- <sup>19</sup> Francisco Teixeira de AMARAL. Relatório da Santa Casa de Misericórdia da Cidade de Ouro Preto. Revista APM, ano 1875, fl. 2.
- <sup>20</sup> Revista do Arquivo Público Mineiro. Ano XX - 1924 - Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas - 1926. P. 348.
- <sup>21</sup> Maria Eurydice Barros RIBEIRO, Entre o Prestígio dos Homens e a Salvação dos Céus. As Irmandades de Misericórdia e a Assistência Médico-Hospitalar na Bahia século XIX), p. 3 a 13.
- <sup>22</sup> Francisco Teixeira AMARAL, Relatório da Santa Casa de Misericórdia de Ouro Preto. Revista do APM, ano 1875, p. 3 e 4; 8 a 9.
- <sup>23</sup> Francisco Teixeira de AMARAL. Relatório da Santa Casa de Misericórdia da Cidade de Ouro Preto. Revista do APM, ano 1875
- <sup>24</sup> Feu de CARVALHO. Reminiscências de Villa Rica - Real Casa de Misericórdia. Revista do APM, ano XX, p. 341 a 352.
- <sup>25</sup> Modestino Augusto de Assis MARTINS. Relatório da Santa Casa de Misericórdia Ouro Preto. - Revista do APM, ano 1886 a 1887, p. 14 a 18.
- <sup>26</sup> Maria Eurydice Barros RIBEIRO, Entre o Prestígio dos Homens e a Salvação dos Céus. As Irmandades de Misericórdia e a Assistência Médico-Hospitalar na Bahia século XIX), p. 3 a 13.
- <sup>27</sup> Maria Eurydice Barros RIBEIRO, Entre o Prestígio dos Homens e a Salvação dos Céus. As Irmandades de Misericórdia e a Assistência Médico-Hospitalar na Bahia século XIX), p. 1 a 8.
- <sup>28</sup> Francisco Teixeira de AMARAL. Relatório da Santa Casa de Misericórdia da Cidade de Ouro Preto. Revista APM, ano 1875, fl. 2.
- <sup>29</sup> Maria Eurydice Barros RIBEIRO, Entre o Prestígio dos Homens e a Salvação dos Céus. As Irmandades de Misericórdia e a Assistência Médico-Hospitalar na Bahia século XIX), p. 3 a 13.